

## BOLSA FAMÍLIA E FECUNDIDADE: EVIDÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Divânea Mônica Reiner Henicka<sup>1</sup>  
Fernanda Mendes Bezerra<sup>2</sup>  
Hugo Chu<sup>3</sup>

### RESUMO

O Programa Bolsa Família (PBF) é considerado o programa de transferência de renda com maior sucesso implantado no Brasil até hoje. No entanto, existem alguns pontos que precisam ser avaliados, um deles especificamente, é se o programa aumenta a taxa de fecundidade das famílias. A questão se o Programa Bolsa Família incentiva ou não às famílias a aumentarem a taxa de natalidade é bastante controversa. Por um lado, sabe-se que o valor adicional por filho não parece suficiente para estimular uma família a procriar, assim, as famílias investiriam o recurso extra na qualidade de vida dos filhos. No entanto, pode ser economicamente vantajoso investir em quantidade, implicando em aumento do tamanho da família. Se houver aumento na taxa de fecundidade, os resultados do PBF podem ser contrários aos desejados, ou seja, a manutenção do ciclo intergeracional de pobreza. Assim, o objetivo desse artigo é analisar a taxa de fecundidade das famílias beneficiadas pelo PBF após a implantação do mesmo, avaliando dados dos municípios do Sudoeste do Paraná. A estratégia metodológica para atingir esse objetivo se baseia nas famílias com mais de dois filhos, pois, para o presente trabalho, partir-se-á da premissa que uma família com 1 ou 2 filhos se enquadram no caso de direito a fecundidade e, assim, não podem ser consideradas famílias incentivadas pelo PBF. A análise dos dados sugere que uma parcela significativa das famílias com três filhos ou mais tiveram filhos depois da implantação do programa, sugerindo que para essas famílias o PBF foi um incentivo à fecundidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Programa Bolsa Família; Taxa de Fecundidade

### 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade na distribuição de renda e os seus possíveis efeitos sobre a pobreza tem sido alvo de estudos no Brasil uma vez que o país sempre esteve entre os mais desiguais do mundo (BARROS, *et al*, 2001). Segundo ROCHA (2006), a extrema desigualdade na distribuição de renda gera uma dinâmica socioeconômica própria que a associa à persistência da pobreza absoluta. Por outro lado, é importante considerar que, tendo em vista o passado colonial e escravista brasileiro, a ausência de oportunidades de inclusão econômico e social por si mesmo contribui para o elevado grau de desigualdade de renda no país (BARROS *et al*, 2001).

Programas sociais, como o bolsa família, representam um avanço para a população das regiões mais pobres uma vez que condiciona a transferência de renda ao cumprimento de uma série de requisitos sociais como vacinação e frequência escolar. Em outras palavras, com a implantação dos programas sociais

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Econômicas pela Unioeste, *Campus* Francisco Beltrão.

<sup>2</sup> Professora adjunta do Colegiado de Ciências Econômicas, *Campus* Francisco Beltrão.

<sup>3</sup> Professor assistente do Colegiado de Ciências Econômicas, *Campus* Francisco Beltrão.



de distribuição de renda, o estado brasileiro busca alternativas de conciliar redução da desigualdade e da pobreza com o desenvolvimento. O grande objetivo do programa é que no futuro, esses filhos que receberam escolaridade compulsória terão maiores oportunidades no mercado de trabalho, e assim, se romperá o ciclo intergeracional de pobreza.

Mas, apesar do objetivo nobre, o PBF não é isento de críticas. As principais argumentações contrárias são de que o PBF, por ser meramente assistencialista, impacta de forma negativa na oferta de trabalho nas regiões em que ela é implantada e, além disso, é um incentivo à fecundidade. A razão disso é que uma das características do PBF é o pagamento de benefícios por número de filhos na família.

No entanto, é importante dividir a linha entre a questão do “incentivo” em ter filhos gerado pelo PBF, visto aqui de forma negativa, e o direito do casal em ter filhos. De acordo com ALVES (2006, p. 22): “O controle da natalidade, enquanto livre decisão da pessoa ou do casal é um direito, mas como uma imposição estatal e como uma ideologia neomalthusiana é uma forma coercitiva de retirar direitos e atribuir à população problemas que não são delas”.

A questão se o Bolsa Família incentiva ou não às famílias a promoverem a expansão de suas famílias é bastante controversa. Por um lado, sabe-se que o valor adicional por filho não parece suficiente para estimular uma família a procriar. No entanto, pouco se conhece sobre a realidade de uma família que vive em condições precárias para poder afirmar que esse valor é realmente insignificante.

Talvez a palavra mais correta não seja incentivo e sim falta de precaução, visto que uma família em situação de extrema pobreza poderia não se preocupar tanto com medidas anticoncepcionais visto que se algo não sair como o previsto, o governo estará disposto a minimizar essa situação. Também é importante ressaltar que além do Bolsa Família, em muitos municípios existem outros auxílios às famílias pobres, como o programa do leite, entrega de cestas básicas, entregas de enxovais para recém-nascidos, entre outros. Assim, as famílias mais pobres podem estar tendo incentivos a aumentarem seus filhos, e isso, futuramente poderá gerar efeitos contrários aos desejados pelo Programa Bolsa Família. Assim, dados esses benefícios, o número de filhos para as famílias que vivem nessa situação pode aumentar e gerar efeitos de perpetuação da pobreza e da necessidade do governo intervir na redistribuição de renda no país.



Assim, o objetivo deste trabalho é buscar avaliar se o PBF pode incentivar as famílias a aumentarem seus filhos, analisando dados da região sudoeste do Paraná. A estratégia metodológica para atingir esse objetivo se baseia nas famílias com mais de dois filhos, pois, para o presente trabalho, partir-se-á da premissa que uma família com 1 ou 2 filhos se enquadram no caso de direito a fecundidade e, assim, não podem ser consideradas famílias incentivadas pelo PBF.

Este estudo está organizado e dividido em cinco seções, considerando esta introdução. Na segunda seção está exposto o referencial teórico, que busca dar sustentação às questões levantadas no artigo. A terceira seção corresponde a metodologia e a base de dados utilizada. Na quarta seção são apresentadas as análises dos resultados. E por fim, a seção 5 tece algumas considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Pobreza, Desigualdade de Renda e Programas Sociais**

O termo “desigualdade social” abrange vários tipos de desigualdade: as desigualdades de oportunidade, de resultado, também de renda, gênero, escolaridade e outras. A desigualdade de renda é a mais conhecida e estudada, e por isso, muitas vezes confundida com desigualdade social.

CARVALHO (2007) sugere que o caminho para resolver os problemas da desigualdade brasileira, pelo menos dentro dos limites aceitáveis, é promover a cidadania, visto que, são muitos séculos de situações que provocaram essa realidade. A origem das disparidades referentes à desigualdade social brasileira envolve desde a nossa história escravagista até as dimensões continentais do país

Em anos recentes, percebe-se um crescimento da consciência do Governo e da sociedade quanto à necessidade de reverter essa questão das desigualdades, criando mecanismos de participação e controle social, programas, projetos e ações que indicam um movimento de transformações positivas (CAMARGO, 2004).

Há vários exemplos de programas e políticas sociais que estão tendo resultados favoráveis na sociedade, mas, essas ações ainda não tem sido suficientes para resolver os problemas das desigualdades no Brasil (CARVALHO, 2007). No entanto, parece que o país caminha no sentido de redução desses problemas de desigualdade e pobreza.

O objeto desses programas são as famílias definidas como pobres, ou seja, famílias que não conseguem atingir um nível mínimo de renda que lhe permita ter



uma vida digna na sociedade. Dessa forma, quando se procura reduzir as desigualdades, busca-se justamente melhorar as condições de vida das famílias menos favorecidas, a fim de se obter uma sociedade liberal democrática “justa” de fato.

Para resolver os problemas das desigualdade brasileiras existem muitos programas e políticas públicas no Brasil, sendo o principal deles criado em 2004 o Programa Bolsa Família (PBF), que foi a unificação de vários programas existentes anteriormente como por exemplo, bolsa escola, bolsa alimentação e auxílio-gás. Essa junção proporcionou um aumento no valor dos benefícios concedidos às famílias. Em contrapartida, para receber esse benefício, as famílias precisam manter em dia os compromissos assumidos, tais como: visitar regularmente os postos de saúde da rede pública, participar de atividades de orientação alimentar e nutricional, cursos profissionalizantes, programas de alfabetização, e principalmente comprovar a frequência escolar e manter em dia a vacinação dos filhos.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa Bolsa Família tem três eixos principais, que são: a **transferência de renda**, que gera o alívio imediato da pobreza; as **condicionalidades**, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e, os **programas complementares**, que tem como finalidade o desenvolvimento das famílias.

## 2.2 Fecundidade e Programa Bolsa Família

Uma das principais críticas aos programas condicionais de transferência de renda (PCTR) em países em desenvolvimento é o seu suposto efeito de externalidade demográfico, ou seja, um aumento nas taxas de fertilidade das famílias. Um possível canal de causalidade seria a redução dos custos indiretos na criação de um filho: a transferência de renda reduziria o custo de oportunidade da mãe, que é o salário que ela obteria se estivesse ofertando o seu trabalho no mercado, quando esta decide ficar em casa em função da criança provendo-o tempo e cuidados necessários. Tal efeito adverso, se realmente válido, diluiria o suposto benefício do PCTR que é o investimento em longo prazo em capital humano das crianças dos países em desenvolvimento.

Em princípio, esta crítica ao PCTR não seria razoável se ter mais filhos for acompanhado de tê-los em maior qualidade. No entanto, é necessário observar o



efeito das condicionalidades sobre a decisão de fertilidade: conforme alguns autores argumentam [Schultz (1997), Stecklov, Winters, Todd e Regalia (2006)], evidências empíricas mostram que quantidade e qualidade de filhos são bens substitutos. Nesse sentido, a melhoria na qualidade dos filhos, exigida como contrapartida para o recebimento do benefício, desde o pré-natal até o início da vida adulta, tende a reduzir a fertilidade das mulheres contemplada com a bolsa.

Nesse aspecto, o problema teórico posto no trabalho é saber quais dos seguintes efeitos predominam: a diminuição dos custos para a quantidade de filho ou a diminuição dos custos para a qualidade de filhos, nas quais os efeitos são estimular ou desestimular a taxa de fertilidade das famílias, respectivamente. Como observado anteriormente, a diminuição dos custos para a qualidade dos filhos age negativamente sobre a fertilidade no sentido proposto pelo *tradeoff* entre as variáveis quantidade e qualidade.

Outro aspecto igualmente importante a ser analisado são os determinantes da oferta de filhos impactados pelo PCTR. Além de prover uma ajuda financeira, tais programas também auxiliam no planejamento familiar, como o controle de nascimento, e com informações concernentes à saúde geral da criança e à amamentação, todos influenciando a capacidade da mulher em ter filhos. Para Stecklov, Winters, Todd e Regalia (2006), é possível ser mostrado que um decréscimo no preço do planejamento familiar ou um aumento no controle efetivo reduza a fertilidade. Além disso, segundo Rocha (2009), o estímulo à amamentação tem a característica de espaçar o período infecundo da mulher, gerando taxas menores de fertilidade.

É bastante evidente a dificuldade de se determinar o sinal ou o aspecto qualitativo do PCTR sobre a fertilidade das famílias. Assim como grande parte dos trabalhos que exploram o tema, a metodologia empírica empregada no trabalho é essencialmente exploratória.

Alguns trabalhos já investigaram esse problema de pesquisa no Brasil, no entanto utilizando outras estratégias metodológicas. Signorini e Queiroz (2011) buscaram encontrar evidências nos dados da PNAD 2004 e 2006 para identificar se existia esse incentivo à fecundidade pelas famílias beneficiadas pelo PBF. No entanto, os resultados indicaram que não houve mudança significativa na fertilidade das mulheres entre 2004 e 2006. No mesmo sentido, Simões (2011) analisou dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) e também não encontraram



estatísticas significantes que implicasse que o PBF pudesse gerar impacto positivo sobre a fecundidade das mulheres que recebem bolsa família. Esses resultados podem ser questionados pelo pouco tempo de implantação do programa, e talvez ainda não tivesse repercutido sobre as decisões das famílias a respeito da fecundidade.

Rocha (2009) também realizou um estudo buscando evidências se o PBF incentiva ao crescimento da taxa de fecundidade das famílias beneficiadas pelo PBF utilizando dados da PNAD de 1995 a 2007. Os resultados encontrados por Rocha (2009) também não são robustos sobre o impacto do programa sobre a decisão das famílias em aumentarem o número de filhos.

Diferente desses trabalhos citados, esse artigo utilizará dados da Caixa Federal sobre a família beneficiada e buscará investigar a taxa de fecundidade dessas famílias depois da implantação do PBF. Todas as famílias que recebem o Bolsa Família no sudoeste do Paraná serão parte da amostra estudada nesse trabalho.

### 3 METODOLOGIA

Para analisar a evolução do crescimento populacional das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, a partir de sua implantação, propõe-se um estudo estimativo, buscando analisar o número de famílias pobres beneficiadas de cada Município da região Sudoeste do Estado do Paraná e o número de filhos por família, procurando descobrir se existe alguma relação entre o Programa Bolsa Família e o número de filhos dessas famílias. Nesse estudo, são utilizados dados quantitativos já existentes e disponíveis pelo *site* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Caixa Econômica Federal (CEF) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A análise será realizada para o período de 2004 a 2011, observando se o desenvolvimento de programas sociais, mais especificamente o Bolsa Família, tem influência nos indicadores de natalidade das famílias beneficiadas pelo programa.

Primeiramente se buscou analisar a evolução da média dos valores recebidos pelas famílias dos municípios do Sudoeste do Paraná e tentou-se fazer uma correlação com o número de filhos de cada família. No entanto, os benefícios recebidos pelas famílias do Programa Bolsa Família são divididos entre Básicos (fixo) e Variáveis, como mostrados no Quadro 1. De acordo com esse quadro,



observa-se que há famílias que recebem apenas o benefício básico, concedido às famílias em situação de extrema pobreza. Em 2011, o valor deste benefício era de R\$70,00 mensais, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar.

O benefício variável é concedido às famílias pobres e extremamente pobres<sup>4</sup> que tenham sob sua responsabilidade, crianças e adolescentes na faixa de 0 a 15 anos, ou adolescentes de 16 e 17 anos. Para crianças e adolescentes na primeira faixa, são pagos R\$32,00 por cada um, com um teto de três, enquanto para adolescentes de 16 e 17 anos se paga um valor de R\$38,00 por cada um, com um teto de dois integrantes dessa faixa.

Assim ao analisar o valor médio recebido por família em cada ano não é possível calcular o número médio real de filhos por família, por isso, buscou-se outra alternativa para chegar ao objetivo principal do trabalho. Para essa finalidade, foram utilizados dados encontrados no *site* da Caixa Econômica Federal (CEF) que mostram as datas de nascimento dos responsáveis e dos seus respectivos dependentes (filhos, netos), dados estes retirados da folha de pagamento do mês de agosto de 2011, do benefício Bolsa Família.

---

<sup>4</sup> Para o programa Bolsa Família são consideradas pobres as famílias com renda familiar *per capita* mensal entre R\$70,00 e R\$140,00. As famílias extremamente pobres são aquelas com renda familiar *per capita* mensal inferior a R\$70,00.



**Quadro 1 – Valores do Benefício Bolsa Família para 2011**

<b>Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70,00 por pessoa</b>			
<b>Número de crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ <sup>5</sup>	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
<b>Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa</b>			
<b>Número de crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00

Fonte: Dados retirados do *site* do MDS.

Contudo, ao analisar a evolução do número de dependentes nascidos após 2004, esse trabalho poderia subestimar ou superestimar os resultados, uma vez que se uma família tem apenas um filho e esse nasceu depois de 2004 pode não indicar que há um incentivo à procriação gerado pelo PBF estão e sim que essas famílias estão exercendo seu direito a reprodução. No entanto, se uma família tem mais de dois filhos e a maioria deles nasceram após 2004, esse resultado pode ser um indício que as famílias estão se motivando pelo PBF. Por isso foi calculada a quantidade de filhos que nasceram após 2004 em cada família com 3 (três) filhos ou mais.

<sup>5</sup> BVJ é o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente.



#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para iniciar o estudo analisou-se a evolução do número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, na região Sudoeste do Paraná, apresentado na Figura 1.

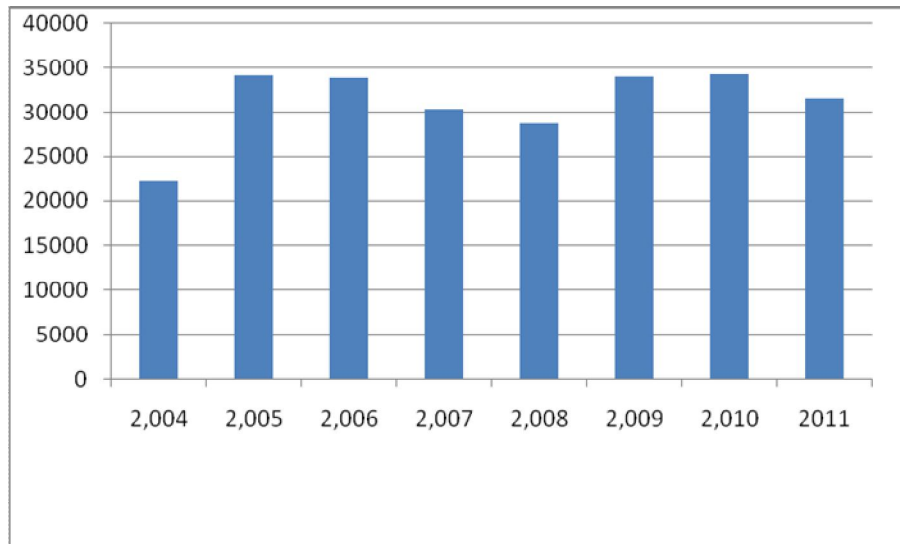


Figura 1 – Evolução do número de famílias beneficiadas pelo PBF na região Sudoeste do Paraná  
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IPEADATA.

Os dados indicam que houve um aumento do número de famílias beneficiadas nos anos de 2005, 2009 e 2010, e nos demais anos houve queda do número de beneficiados. O grande aumento dos beneficiados em 2005 pode ser explicado pelo fato de que, como o Programa Bolsa Família foi lançado em 2004, o ano seguinte (2005) foi o *boom* de famílias cadastradas para recebimento do benefício, uma vez que não havia ainda uma fiscalização rígida quanto às condicionalidades exigidas para se enquadrar no Programa. Esse comportamento se repetiu em todos os municípios analisados como pode ser observado na Tabela A1 que se encontra no Apêndice.

Já a situação de redução de famílias beneficiadas no decorrer dos anos pode ser explicada pelo maior controle, fiscalização das famílias cadastradas no programa e também pelos casos das famílias com filhos adolescentes, que perdem os benefícios com o atingimento da idade limite.

Também é importante relativizar os beneficiados em relação à população total, para isso será analisado os municípios com maior número de beneficiados da região: Francisco Beltrão, Palmas, Pato Branco e Santo Antônio do Sudoeste, demonstrados na Tabela 1. Analisando os dados, observa-se que o número de

pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em relação a população censitária de 2010 no município de Francisco Beltrão corresponde a aproximadamente 11,60%<sup>6</sup> da população, já em Palmas equivale a aproximadamente 22,75% da população, para Pato Branco o percentual aproximado é de 9,16% da população e ainda Santo Antônio do Sudoeste com aproximados 26,09% da população total do município são beneficiados por este programa de transferência de renda.

Tabela 1 – Número de Beneficiados do Programa Bolsa Família em 2011

Municípios	Total Famílias Beneficiadas	Total Filhos Beneficiados	Total de Pessoas Beneficiados	População Censitária Total 2010	%
Francisco Beltrão	3154	6003	9157	78957	11,60
Palmas	3062	6693	9755	42887	22,75
Pato Branco	1999	4629	6628	72373	9,16
Santo Antônio do Sudoeste	1704	3229	4933	18905	26,09

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados retirados do *site* da Caixa Econômica Federal (CEF) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analisando esses dados, constata-se que o valor percentual encontrado de pessoas que se beneficiam de forma direta pelo programa do governo é relevante, pois, no caso mais extremo, o município de Santo Antônio do Sudoeste, 26% da população se beneficia com o Bolsa Família. Também destaca-se Palmas onde 22,42% da população se beneficia do programa. Esses números elevados indicam a grande dependência desses municípios do PBF.

A Tabela 2, apresenta um resumo das informações a respeito do número de filhos por família beneficiada pelo PBF, observa-se que a média de filhos na região é de 1,91. Pode-se destacar com a maior média de filhos por família os municípios de Pato Branco com 2,32, Palmas 2,19, Mariópolis 2,17 e Coronel Domingos Soares 2,15. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a média nacional de filhos por família em 2010 é de 1,90. Analisando mais detalhadamente, pode-se perceber que dos 42 (quarenta e dois) municípios estudados, em quinze deles os beneficiados apresentam média de filhos superior à media nacional correspondendo à aproximadamente 36% dos municípios.

Ainda na Tabela 2, é possível analisar o percentual de filhos beneficiados pelo PBF que nasceram após 2004. Na região sudoeste como um todo,

<sup>6</sup> Se considerar que todas as famílias beneficiadas têm pelo menos mais um membro, esse percentual é ainda maior.

aproximadamente 33,55% das crianças nasceram nesse período, ou seja, de cada três crianças beneficiadas pelo programa aproximadamente uma nasceu após a implantação do Bolsa Família. Importante enfatizar que o programa beneficia até os jovens de 17 anos, ou seja, muitos dos beneficiados nasceram antes, de modo que esse percentual de nascidos após 2004 é significativo.

Tabela 2 - Média de Filhos Nascidos após 2004

MUNICÍPIOS	Nº famílias	Nº filhos	Nº filhos nasc. após 2004	Média Filhos P/ Família	% Filhos Após 2004
AMPÉRE	796	1674	565	2.10	33.75
BARRAÇÃO	601	1260	398	2.10	31.59
BELA VISTA DA CAROBA	349	680	234	1.95	34.41
BOA ESPERANÇA DO	176	286	89	1.63	31.12
BOM JESUS DO SUL	332	579	150	1.74	25.91
BOM SUCESSO DO SUL	206	310	93	1.50	30.00
CAPANEMA	881	1459	479	1.66	32.83
CHOPINZINHO	1223	2361	756	1.93	32.02
CLEVELÂNDIA	1067	2251	651	2.11	28.92
CORONEL DOMINGOS	430	924	189	2.15	20.45
CORONEL VIVIDA	1117	1980	619	1.77	31.26
CRUZEIRO DO IGUAÇU	213	337	102	1.58	30.27
DOIS VIZINHOS	895	1674	526	1.87	31.42
ENÉAS MARQUES	289	548	184	1.90	33.58
FLOR DA SERRA DO SUL	358	603	198	1.68	32.84
FRANCISCO BELTRÃO	3154	6003	2277	1.90	37.93
HONÓRIO SERPA	633	1101	408	1.74	37.06
ITAJEJARA DOESTE	611	1100	345	1.80	31.36
MANFRINÓPOLIS	250	465	127	1.86	27.31
MANGUEIRINHA	1366	2712	871	1.99	32.12
MARIÓPOLIS	251	544	210	2.17	38.60
MARMELEIRO	879	1607	523	1.83	32.55
NOVA ESPERANÇA DO	458	757	229	1.65	30.25
NOVA PRATA DO IGUAÇU	601	1208	393	2.01	32.53
PALMAS	3062	6693	2308	2.19	34.48
PATO BRANCO	1999	4629	1629	2.32	35.19
PÉROLA DO OESTE	363	679	227	1.87	33.43
PINHAL DE SÃO BENTO	305	543	193	1.78	35.54
PLANALTO	915	1375	476	1.50	34.62
PRANCHITA	398	653	245	1.64	37.52
REALEZA	537	999	340	1.86	34.03
RENASCENÇA	481	902	348	1.88	38.58
SALGADO FILHO	399	743	213	1.86	28.67
SALTO DO LONTRA	933	1607	483	1.72	30.06
SANTA IZABEL DO	725	1357	436	1.87	32.13
SANTO ANTONIO DO	1704	3229	1124	1.89	34.81
SÃO JOÃO	467	801	258	1.72	32.21
SÃO JORGE DOESTE	656	1101	368	1.68	33.42
SAUDADE DO IGUAÇU	309	606	256	1.96	42.24
SULINA	235	393	131	1.67	33.33
VERÊ	547	911	345	1.67	37.87
VITORINO	420	717	255	1.71	35.56
<b>Total da Região</b>	<b>31591</b>	<b>60361</b>	<b>20251</b>	<b>1.91</b>	<b>33.55</b>

Fonte: elaboração própria.



No entanto, essas informações ainda são insuficientes para avaliar se os filhos nascidos após a implantação do PBF são frutos de uma decisão de se beneficiar mais do programa, ou se são apenas exercício do direito à reprodução das famílias, uma vez que independente da condição social, todos têm esse direito. Assim, foi preciso analisar o número de famílias com 3 filhos ou mais, para tentar excluir da amostra a reprodução familiar que se pode chamar de “reprodução normal”, esses resultados se encontram na Tabela 3.

Tabela 3 – Média de Filhos das famílias com 3 filhos ou mais

	% de famílias com 3 filhos ou mais	Média 3+	Nascidos Pós 2004 – famílias com 3 filhos ou mais	Nascidos pós 2004 - todas as famílias	% de Famílias com filhos nascidos após 2004
Ampére	31,16	3,50	1,49	1,01	67.62
Barracão	24,72	3,53	1,58	1,01	64.10
Bela Vista da Caroba	23,16	3,48	1,47	0,99	67.06
Boa Esperança do	20,65	3,47	1,11	0,63	56.25
Bom Jesus do Sul	24,42	3,39	1,38	0,64	45.95
Bom Sucesso do Sul	13,30	3,32	1,36	0,60	44.00
Capanema	22,27	3,33	1,54	1,01	65.90
Chopinzinho	31,44	3,47	1,52	0,99	64.97
Clevelândia	33,69	3,56	1,53	1,04	67.83
Coronel Domingos	36,30	3,46	1,31	0,70	53.64
Coronel Vivida	27,09	3,32	1,42	0,98	69.14
Cruzeiro do Iguaçu	24,42	3,33	1,48	1,02	69.05
Dois Vizinhos	30,91	3,43	1,61	1,08	67.21
Enéas Marques	30,59	3,59	1,48	1,14	76.92
Flor da Serra do Sul	24,03	3,54	1,47	0,97	66.22
Francisco Beltrão	27,58	3,41	1,57	1,18	74.85
Honório Serpa	24,14	3,47	1,69	1,24	73.57
Itapejara D'Oeste	20,73	3,42	1,50	1,13	75.20
Manfrinópolis	22,45	3,29	1,36	0,82	60.00
Mangueirinha	30,66	3,47	1,52	1,06	69.54
Mariópolis	24,18	3,47	1,52	1,20	78.79
Marmeleiro	24,97	3,42	1,41	0,95	67.31
Nova Esperança do	22,86	3,32	1,51	0,98	64.84
Nova Prata do Iguaçu	27,48	3,66	1,41	1,06	75.32
Palmas	34,52	3,52	1,51	1,11	74.04
Pato Branco	31,16	3,52	1,56	1,19	76.23
Pérola D'Oeste	25,90	3,60	1,62	1,19	73.26
Pinhal de São Bento	21,33	3,36	1,32	0,78	59.38
Planalto	19,43	3,33	1,53	1,17	76.51
Pranchita	21,13	3,33	1,48	1,11	74.67
Realeza	26,28	3,45	1,47	1,06	72.18
Renascença	26,55	3,44	1,40	1,02	72.50
Salgado Filho	24,47	3,54	1,33	0,70	52.17
Salto do Lontra	23,82	3,34	1,43	0,97	68.02
Santa Izabel do Oeste	24,89	3,32	1,52	0,94	62.07
Santo Antônio do	28,12	3,52	1,61	1,08	67.20
São João	19,11	3,34	1,37	1,00	73.26
São Jorge D'Oeste	18,28	3,31	1,54	1,09	70.80
Saudade do Iguaçu	26,91	3,44	1,48	1,15	77.78
Sulina	20,66	3,30	1,28	0,84	65.91
Verê	15,41	3,33	1,64	1,35	82.50
Vitorino	21,36	3,28	1,39	1,05	75.29
Sudoeste	27,21	3,45	1,51	1,06	67.62

Fonte: Elaboração própria



Os dados da Tabela 3 mostram informações relativas às famílias com três filhos ou mais, ou seja, são dados das famílias que já atenderam aquilo que definimos de “reprodução normal” e já estão além desse mínimo. A segunda coluna mostra o percentual de famílias beneficiadas com mais de três filhos, ou seja, mostra o universo que será analisado em cada município. A terceira coluna mostra a média de filhos dessas famílias, a quarta coluna apresenta a média de filhos que nasceram após 2004 considerando apenas as famílias que têm filhos nascidos nesse período, a quinta coluna mostra a média de filhos nascidos após 2004 em relação a todas as famílias com três filhos ou mais e a quinta coluna apresenta o percentual das famílias com três filhos ou mais que tiveram filhos após 2004.

Analisando apenas a quarta coluna percebe-se que em média 1,5 filhos nasceram após 2004 para aquelas famílias que tem filhos nascidos nesse período. O fato da média ser maior do que 1 e menor que 2 indica que essas famílias, na maioria dos casos já tinham mais de um filho e depois da implantação do Bolsa Família resolveram ampliar o tamanho da família.

Essa indicação se reforça quando se analisa a quinta coluna da Tabela 3. Em 63% dos municípios analisados, a média de filhos nascidos após 2004 é superior a 1, ou seja, a maioria das famílias que tem 3 filhos ou mais, pelo menos um deles nasceu após 2004. Esse resultado pode estar indicando que as famílias beneficiadas pelo PBF não realizam controle de natalidade, pelo menos as famílias com três filhos ou mais que representam em média 27,21% das famílias beneficiadas na região. Em outras palavras uma família em cada cinco tem mais de três filhos e em média pelo menos um nasceu após 2004.

A última coluna da Tabela 3 reforça o resultado de que as famílias com três filhos ou mais podem ter sido incentivadas a aumentarem suas famílias pelo PBF: observe que em todos os municípios da região sudoeste do Paraná, mais de 50% das famílias com três filhos ou mais têm filhos nascidos após 2004.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, no Brasil, os programas sociais de transferência de renda estabeleceram-se como uma das alternativas para combater tanto a desigualdade de renda quanto a pobreza. Os programas sociais tiveram início na sua implantação nos anos de 1990 por várias instâncias governamentais. Em 2004, o governo federal



unificou vários programas em um único, o Programa Bolsa Família, que trouxe como principal resultado a redução dos indicadores de pobreza e desigualdade de renda.

No entanto o PBF também é passível de críticas uma vez que o fato de dar uma renda condicionada ao tamanho da família pode gerar incentivo ao aumento da natalidade. Esse assunto é controverso e não se pretende nesse artigo esgotar toda a discussão sobre esse tema. No entanto, os resultados encontrados aqui mostram indicativos de que as famílias podem sim estar sendo incentivadas a aumentarem o tamanho de suas famílias. Assim, o objetivo desse trabalho foi analisar se existe algum indício de que o programa Bolsa Família possa estar incentivando às famílias a aumentarem seus dependentes a fim de conseguir um valor maior no benefício.

Para alcançar a finalidade do trabalho foram analisados dados municipais da região Sudoeste do Paraná do Programa Bolsa Família, tentando avaliar se as famílias que fazem parte do programa tiveram aumento, diminuíram ou não alteraram o número de filhos abaixo de 17 anos após a implantação do programa.

Constatou-se que o percentual de pessoas que se beneficiam de uma forma ou de outra com os valores recebidos do Programa Bolsa Família, é relevante, conforme a análise feita em relação à população de cada município, pois, em alguns casos chega a ter mais de 25% da população beneficiada.

Analisou-se ainda a média de filhos por família de cada município com relação a média nacional de filhos por família em 2010 (1,90), podendo perceber que dos 42 (quarenta e dois) municípios estudados, 15 (quinze) estão iguais ou acima da média nacional, que correspondem à aproximadamente 36% dos municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná. Se analisar somente esses dados, pode-se entender que as famílias beneficiadas pelo Bolsa Família não apresentam média de filhos muito elevada em relação à média nacional, sendo um bom indicativo para o programa.

No entanto, quando se analisou separadamente as famílias com três filhos ou mais, constatou-se que em média pelo menos um filho nasceu após a implantação do programa. Esse resultado indica que mesmo as famílias que já tinham um número mínimo de filhos ampliaram o tamanho da família. Importante ressaltar que em média essas famílias representavam 27% das famílias beneficiadas pelo programa. Ou seja, de cada quatro famílias, uma tem três filhos ou mais, e em 63% dessas famílias pelo menos um filho nasceu depois de 2004.



Colocando esses resultados em termos teóricos, parece que as famílias menores estão procurando qualidade para os filhos, enquanto as famílias com três filhos ou mais estão investindo em quantidade de filhos. Uma vez que as famílias grandes representam 27% do total, parece significativo o impacto do PBF sobre a taxa de fertilidade das famílias.

Esse trabalho não pretende esgotar a discussão sobre o assunto, pelo contrário, é apenas um primeiro passo em direção à avaliação do Programa Bolsa Família. Esse trabalho tem o mérito de analisar todas as famílias beneficiadas pelo PBF na região Sudoeste do Paraná. É preciso enfatizar que não foi realizado nenhum teste de causalidade para testar se o PBF causa aumento das famílias, ou se o programa está beneficiando as famílias que já são grandes e precisam do benefício, sendo esse um próximo passo da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. . **As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil**. IBGE, Texto para discussão, 2006.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.1 p.21-47.

CAMARGO, J. M. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 68-77. ISSN 0102-8839.

CARVALHO, C. M. de A. **A Desigualdade Social**. 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1619576-desigualdade-social>> Acessado em 06 de junho de 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **BENEFÍCIOS** Disponível em: <[https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00\\_00.asp](https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp)>. Acessado em 23 de agosto de 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais – 2006**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/renda/publicacao\\_renda.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/renda/publicacao_renda.pdf)>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos Municípios**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal)>. Acessado em 15 de agosto de 2011.

ROCHA, R. **Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família**. PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700\\_09\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700_09_cap_03.pdf)> acesso em 30/04/2012.



ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal do que se trata?** 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

ROCHA, R. **Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família.** PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700\\_09\\_cap\\_03.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510700_09_cap_03.pdf)>, acesso em 20/04/2012.

SCHULTZ, T. Paul. The Demand for Children in Low Income Countries. **Handbook of Population and Family Economics**, Ed. by M. R. Rosenzweig and O. Starck. Amsterdam: Elsevier Service, 1997.

SIGNORINI, B.A., QUEIROZ, B.L. **The impact of Bolsa Família Program in the beneficiary fertility.** Texto para Discussão, n. 439, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, Agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20439.pdf>>, acesso em 20/04/2012.

SIMÕES, P., SOARES, R.B. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias. CAEN/UFC, Fortaleza, 2011. Disponível em: <[http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6205](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6205)>, acesso em 30/05/2012

STECKLOV, Guy; WINTERS, Paul; TODD, Jessica and REGALIA, Ferdinando **Demographic Externalities from Poverty Programs in Developing Countries: Experimental Evidence from Latin America.** Department of Economics Working Paper Series No. 2006-1. Washington, DC: American University, 2006.

THEODORO, M.; DELGADO, G. **Políticas sociais: universalização ou focalização – subsídios para debate.** In: **Políticas sociais: acompanhamento e análise.** Brasília: IPEA, Agosto/2003.





## APÊNDICE

**Tabela A1 – Evolução do número de famílias beneficiadas pelo PBF –  
Municípios do Sudoeste do Paraná**

Município	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2,011
Ampére	401	846	795	691	725	795	834	796
Barracão	446	623	653	562	532	720	703	601
Bela Vista da Caroba	294	404	358	387	329	396	384	349
Boa Esperança do Iguaçu	124	212	221	198	156	159	178	176
Bom Jesus do Sul	317	395	379	311	351	378	375	332
Bom Sucesso do Sul	113	138	184	194	177	203	197	206
Capanema	702	1,068	1,045	860	872	1,075	1,024	881
Chopininho	588	1,270	1,222	1,168	1,099	1,409	1,374	1223
Clevelândia	1,052	1,377	1,307	1,159	1,162	1,265	1,221	1067
Coronel Domingos Soares	472	700	655	621	555	535	472	430
Coronel Vivida	1,068	1,381	1,505	1,442	1,380	1,333	1,253	1117
Cruzeiro do Iguaçu	335	357	348	262	283	299	246	213
Dois Vizinhos	982	1,532	1,417	1,202	940	1,000	1,019	895
Enéas Marques	140	308	281	245	242	313	323	289
Flor da Serra do Sul	158	380	373	297	320	390	395	358
Francisco Beltrão	2,207	3,413	3,265	3,040	2,823	3,490	3,543	3154
Honório Serpa	275	441	541	457	547	671	676	633
Itapejara d'Oeste	321	626	607	563	484	654	690	611
Manfrinópolis	188	248	338	301	291	293	287	250
Mangueirinha	941	1,440	1,396	1,312	1,273	1,205	1,389	1366
Mariópolis	213	339	320	352	271	292	286	251
Marmeleiro	494	894	884	794	785	1,111	994	879
Nova Esperança do	146	351	355	265	302	481	466	458
Nova Prata do Iguaçu	252	346	629	598	620	599	633	601
Palmas	1,436	2,186	2,199	2,189	2,052	3,236	3,111	3062
Pato Branco	1,728	2,645	2,492	2,011	1,941	2,324	2,300	1999
Pérola d'Oeste	288	608	484	449	404	320	379	363
Pinhal de São Bento	116	274	284	284	272	285	301	305
Planalto	857	1,034	1,047	915	816	951	958	915
Pranchita	294	395	394	340	333	394	404	398
Realeza	648	858	855	590	544	536	591	537
Renascença	440	601	562	506	450	480	463	481
Salgado Filho	345	490	450	430	402	425	434	399
Salto do Lontra	695	1,038	976	855	909	954	1,008	933
Santa Izabel do Oeste	409	799	813	635	522	779	805	725
Santo Antônio do Sudoeste	952	1,526	1,523	1,415	1,259	1,561	1,624	1704
São João	304	574	623	586	552	541	543	467
São Jorge d'Oeste	487	647	625	596	506	600	701	656
Saudade do Iguaçu	182	260	253	243	224	300	330	309
Sulina	221	279	236	210	212	258	259	235
Verê	365	516	494	388	430	495	575	547
Vitorino	221	329	407	381	379	432	444	420
<b>Sudoeste</b>	<b>22,21</b>	<b>34,14</b>	<b>33,79</b>	<b>30,30</b>	<b>28,72</b>	<b>33,93</b>	<b>34,19</b>	<b>31,59</b>

Fonte: elaboração própria com base nos dados do IPEADATA.

